



MUNICÍPIO DE OURÉM

Relatório de Gestão

Ano Económico de 2003





ÍNDICE GERAL	Página N.º
ÍNDICE	1
Conjuntura Económica em 2003	2
Reservas ao presente relatório	3
Limitações	4
28.1 - Análise da Situação Económica e Financeira	4
28.1.1 - Análise da Situação Económica	4
28.1.1.1 - Condições Económicas	4
28.1.1.2 - Investimentos	6
28.1.1.3 - Proveitos e Receitas	10
28.1.1.4 - Custos e Despesas	17
28.1.1.5 - Resultados	27
28.1.1.5.1 - Resultado Líquido do Exercício	27
28.1.1.5.2 - Resultados Orçamentais	29
28.1.1.6 - Rácios Orçamentais	30
28.1.2 - Análise da Situação Financeira	34
28.1.2.1 - Condições Financeiras	34
28.1.2.2 - Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de terceiros	37
28.1.2.3 - Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros	38
28.2 - Proposta de aplicação de resultados	40
28.3 - Evolução previsível da actividade	40
28.4 - Factores relevantes ocorridos após o encerramento do exercício	42



Documento n.º 28 de Prestação de Contas – Relatório de Gestão

Conjuntura Económica em 2003

A economia portuguesa registou no decurso de 2003, um crescimento negativo, caracterizado pela contracção da actividade económica. O PIB (Produto Interno Bruto) sofreu uma variação negativa que se deverá estabelecer em -0,8%.

A evolução da actividade reproduz um processo de ajustamento do sector privado que, nos últimos anos e no contexto de taxas de juros historicamente baixas, havia aumentado significativamente o endividamento, com prejuízo evidente dos níveis de poupança.

O processo de ajustamento em curso na economia portuguesa reflectiu-se no enfraquecimento da procura interna, tendo contribuído para a redução do desequilíbrio das necessidades de financiamento da economia e, conseqüentemente, para a redução do défice externo que passou de um valor de cerca de 9% do PIB em 2000, para um valor inferior a 3% em 2002.

Tendo por base, que as taxas de crescimento dos salários reais, desde há vários anos, têm excedido as taxas de crescimento da produtividade do trabalho, acrescido da circunstância orçamental preestabelecida, o ano em curso foi caracterizado por processos de moderação salarial, e por um pequeno aumento da taxa de desemprego. A inflação média anual deverá situar-se em torno dos 3,3%.

A evolução do ano em análise, reflecte um esforço municipal de consolidação orçamental, num contexto de conjuntura interna pouco dinâmica, pautada por idêntica opção orçamental delineada no Orçamento de Estado, e que visou não só a diminuição dos desequilíbrios macroeconómicos existentes, mas também o cumprimento do Pacto de Estabilidade.



Assim, o défice orçamental do município, que em 2002 significava 23,27% do Total da Receita e 18,88% do Total da Despesa, diminuiu em 2003, respectivamente para 9,28% e 8,49%, sem recurso a medidas extraordinárias, tendo inclusive o recurso ao crédito sofrido uma significativa redução.

O último trimestre de 2003 evidencia apesar de forma ainda pouco expressiva, sinais de que o ciclo económico se encontra agora em início da fase de retoma económica.

Reservas ao presente relatório

O ano económico em análise, assinala o segundo ano de aplicação do Decreto-Lei n.º 54-A (POCAL), de 22 de Fevereiro, pelo que a juventude dos aplicativos informáticos e a alteração dos procedimentos internos, apresentaram já vectores mais consentâneos com os princípios e objectivos estabelecidos pelo mencionado decreto-lei.

No entanto, importa mencionar que, no ano em curso, o classificador orçamental sofreu nova alteração consubstanciada pelo Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, facto que motivou uma nova adaptação aos conceitos das novas rubricas orçamentais, ao qual acresce o natural caminho ainda a percorrer para assimilação pelos recursos humanos, dos conceitos e procedimentos contabilísticos inerentes ao POCAL.

Importa acrescentar que as lacunas e omissões constantes no decreto-lei que regulamenta o regime contabilístico das autarquias locais se reflectem no efeito qualitativo das contas públicas autárquicas, não sendo ainda atingidos na totalidade os objectivos a que se propõe o POCAL, nomeadamente, no sentido de facultar informação imprescindível e rigorosa para o auxílio às decisões de gestão autárquica.

Ao mencionado no parágrafo anterior, acresce a inexistência de uma entidade reguladora, que de forma eficaz solucione as diversas lacunas e dúvidas concebidas pelo POCAL.



Limitações

Considerando que ainda não se implementou até ao momento a contabilidade de custos (facto ocorrido na generalidade dos municípios), a elaboração do relatório de gestão não poderá abordar com maior visibilidade e rigor, a evolução dos custos quer ao nível das funções, actividades, ou mesmo por bens e serviços.

Desta forma, não se poderão apurar factores e rácios, relacionados com os parâmetros de economia, eficiência e eficácia, e que poderão permitir avaliar os efeitos nos munícipes das decisões tomadas.

28.1 - Análise da Situação Económica e Financeira

28.1.1 - Análise da Situação Económica

28.1.1.1 - Condições Económicas

MAPA DE CONDIÇÕES ECONÓMICAS

Designações	Exercícios	
	2002	2003
1. Rendibilidade		
1.1 Financeira	51,36%	47,13%
1.2 Económica	11,05%	11,91%
1.3 Vendas	539,37%	920,34%
2. Equações Fundamentais		
2.1 Rendibilidade dos Capitais Próprios	0,58	0,51
2.2 Alavancagem	0,64	0,60
2.3 Rendibilidade dos Capitais Permanentes	0,15	0,16
3. Rotações		
3.1 Rotação do Activo	0,020	0,013
3.2 Rotação do Activo Corrente	2,378	0,254
3.3 Rotação do Activo Imobilizado	0,021	0,014
4. Gestão		
4.1 de Matérias	--	17,69
4.2 Clientes, contribuintes e utentes		
4.2.1 Prazo médio de cobrança expresso em dias	0,00	18,41
4.3 Fornecedores c/c		
4.3.1 Prazo médio de pagam. expresso em dias	66,78	88,94

Nota: Entendeu-se adoptar o critério da exclusão do R.L.E no total dos Capitais Próprios.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Câmara Municipal de Ourém' and various initials.



Rendibilidade

A rendibilidade pode ser entendida como a taxa representativa da remuneração dos capitais investidos na actividade.

Os rácios apresentados apresentam valores bastante significativos, porém a sua interpretação deverá ser efectuada com algumas reservas, uma vez que o valor total do activo se encontra aquém do valor real pelos motivos já explicitados nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

A rendibilidade financeira apresenta uma ligeira quebra, mas mantendo-se num nível bastante apreciável. No que concerne ao índice de rendibilidade económica e de vendas, o primeiro apresenta-se estável, tendo sofrido um ligeiríssimo aumento (0,86 p.p.), o segundo ostenta um aumento substancial e considerável.

Nota: Entenda-se que neste contexto, as vendas assumem um contexto mais amplo, considerando-se também os Serviços Prestados.

Equações fundamentais

A rendibilidade dos capitais próprios indica a forma como a autarquia geriu o seu activo. Este apresenta uma redução, em resultado do expressivo aumento dos capitais próprios no decurso de 2003.

A alavancagem designada também por *financial leverage factor*, representa não só as condições económicas, mas também as condições financeiras, tendo por apreço a taxa de retorno dos capitais investidos. Desta forma, poderá apresentar-se o grau de alavancagem financeira para 2003 (3,96), que resulta do rácio entre a rendibilidade financeira e a rendibilidade económica, apresentando este indicador um valor fortemente positivo.



Rotações

Considerando que a variável “Vendas”, tem uma influência directa no cálculo dos referidos rácios, e atendendo, que este capítulo não respeita à principal actividade desenvolvida por esta entidade, entende-se que os respectivos índices são estritamente indicativos.

Gestão

O prazo médio de cobrança a clientes, contribuintes e utentes expresso em dias, regista um aumento de aproximadamente 18 dias, no entanto, convém mencionar que este facto, dever-se-à ao reconhecimento mais atempado das dívidas de terceiros, quando em comparação ao ano económico de 2002, e resulta da aplicação de procedimentos internos e contabilísticos mais eficientes.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores c/c expresso em dias, indica um agravamento aproximado de 22 dias, facto que resulta num prazo médio no decurso do ano económico de 2003, de 89 dias.

28.1.1.2 – Investimentos

Não obstante as várias acepções em que o termo “investimento” pode teoricamente compreender, saliente-se que para os efeitos da presente análise, o mesmo é encarado segundo a óptica de formação de capital fixo e aumento do Activo Imobilizado em posse da autarquia.

Desta forma, não se contemplam neste ponto os apoios efectuados através de transferências de capital, considerando que estas visam o investimento de terceiros, e como tal não provocam qualquer aumento do activo da autarquia.



Então, os investimentos por objectivos efectuados no ano de 2003, prenderam-se essencialmente com:

Educação

- Aquisição de Terreno para Const. Jardim de Infância de Atougua;
- Aquisição de Terreno para a Const. Jardim de Infância de Gondemaria;
- Aquisição de Terreno para o Complexo Escolar do Olival;
- Aquisição de Terreno para o Jardim de Infância de Seiça;
- Aquisição de Terreno para a Sala Polivalente do Pinheiro;
- Construção da Sala Polivalente do Pinheiro;
- Construção da Sala Polivalente do Alqueidão;
- Aquisição de Diverso Equipamento Básico;

Cultura, Desporto e Tempos Livres:

- Beneficiação do Pavilhão Gimno-Desportivo de Ourém;
- Construção do Pavilhão Desportivo do Caneiro;
- Aquisição de Terrenos para Campo de Golfe;
- Construção de Parques Infantis;
- Aquisição da Casa do Administrador;
- Recuperação da Casa dos Magistrados;
- Aquisição de Diverso Equipamento Básico;

Habitação e Urbanismo:

- Aquisição de Terrenos;
- Plano Pormenor – Av. Papa João XXIII e Av. D. José Alves C. Silva;
- Diversos Planos de Pormenor;
- Elaboração de Cartografia;
- Modernização – Rede de Iluminação Pública;
- Arranjos de Espaços Públicos;
- Urbanização de Diversos Pólos Urbanos;



- Projecto de Urbanismo Comercial – Ourém;
- Projecto de Urbanismo Comercial – Fátima;

Saneamento e Salubridade

- Redes de Esgotos;
- Redes de Rio de Couros e Formigais;
- Redes de Bacia 47 (Seiça);
- Redes de Bacia 51 (Alburitel);

Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público

- Ampliação e Remodelação do Sistema de Abastecimento de Água;
- Requalificação do Agroal;

Comunicações e Transporte:

- Beneficiação do C.M. 1043 Casal da Bica;
- Beneficiação do C.M. 1005 Barrocaria – Matas;
- Beneficiação C.M. 1012 Resouro – Limite do Concelho;
- Beneficiação C.M. 1036 Casal Touro;
- Sinalização Viária do Concelho;
- Beneficiação de diversas Estradas e Caminhos Municipais;
- Aquisição e Beneficiação de Equipamentos de Transporte;

Defesa do Meio Ambiente:

- Requalificação da Zona Urbana da Ribeira de Seiça:
 - Parque Linear
 - Relocalização do Mercado Municipal;

Instalações Municipais

- Construção do Edifício Paços do Concelho (Projecto);

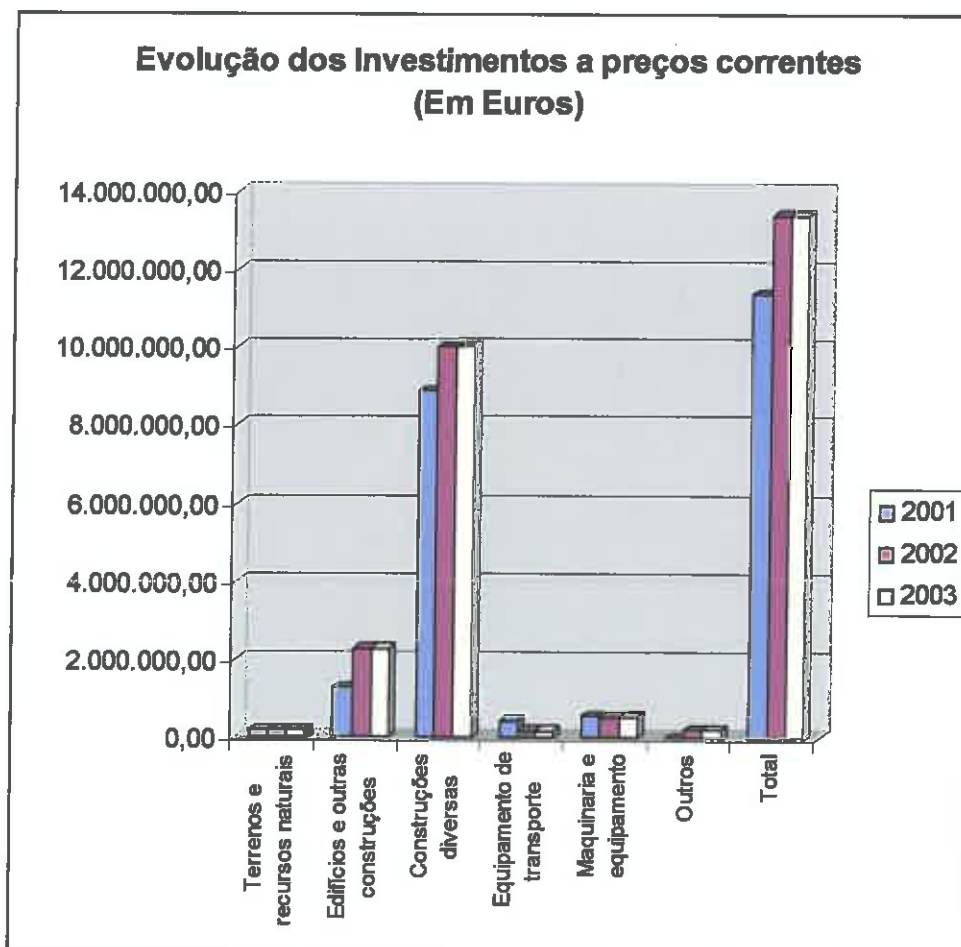


□ Aquisição de Diversa Maquinaria e Equipamento.

Evolução das despesas de investimento a preços correntes:

Unl: Euros

Despesas de Investimento	ORÇAMENTO					
	2001		2002		2003	
	Montante	Montante	Var.(%)	Montante	Var.(%)	
Terrenos e recursos naturais	209.844,28	189.746,26	-9,58	1.096.882,77	478,08	
Edifícios e outras construções	1.284.225,02	2.280.951,28	77,61	4.013.654,63	75,96	
Construções diversas	8.901.342,76	10.024.807,42	12,62	7.003.553,56	-30,14	
Equipamento de transporte	434.752,25	181.852,74	-58,17	57.007,01	-68,65	
Maquinaria e equipamento	555.471,31	539.288,18	-2,91	361.177,59	-33,03	
Outros	0,00	192.931,99	-	249.250,06	29,19	
Total	11.385.635,62	13.409.577,87	17,78	12.781.525,62	-4,68	



Handwritten signatures and initials in blue ink.



As despesas de investimento verificadas no ano de 2003, apresentam uma diminuição de aproximadamente -4,68%, quando em comparação com o exercício de 2002. No entanto, este decréscimo deverá resultar do aumento de rigor na aplicação dos princípios contabilísticos constantes no POCAL.

28.1.1.3 - Proveitos e Receitas

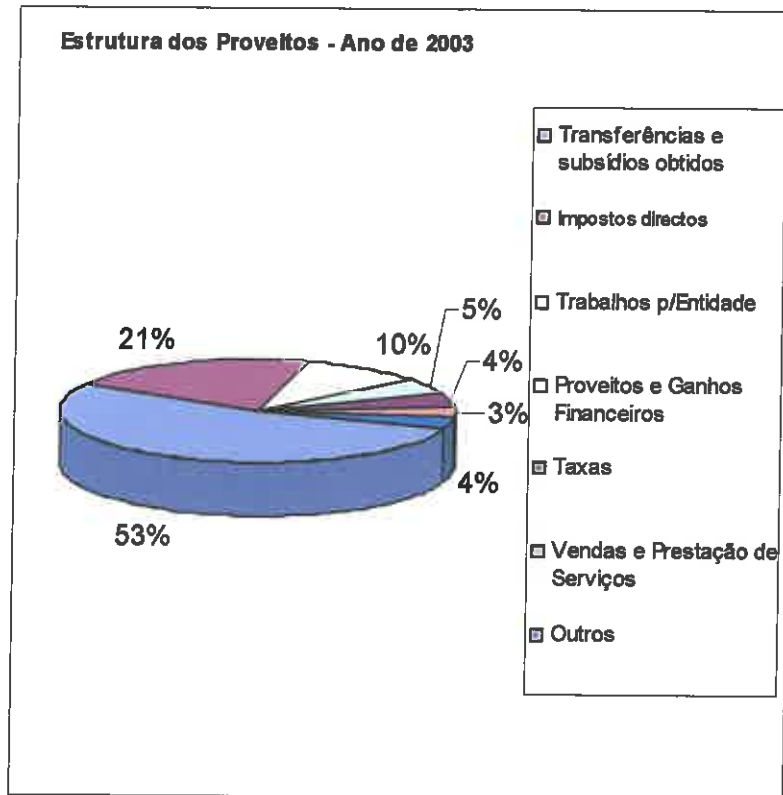
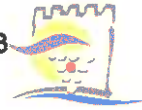
Estrutura dos Proveitos

Mapa – Estrutura dos Proveitos

Uni: Euro

Estrutura de Proveitos	2003	
	Montante	%
Vendas	50.852,63	0,24
Prestações de Serviços	507.620,42	2,44
Impostos directos	4.461.435,53	21,42
Impostos indirectos	310.195,55	1,49
Taxas	927.442,83	4,45
Proveitos Suplementares	76.691,01	0,37
Transferências e subsídios obtidos	11.001.604,64	52,81
Trabalhos para a própria entidade	2.171.850,93	10,43
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00
Proveitos e ganhos financeiros	1.052.968,97	5,05
Proveitos e ganhos extraordinários	270.790,51	1,30
Total de Proveitos	20.831.453,02	100,00

Nota: Foram deduzidas as importâncias respeitantes a Reembolsos e Restituições, as quais foram na sua totalidade respeitantes a impostos indirectos



A estrutura dos proveitos demonstra, que 52,81% resultam de transferências de capital sob a forma de fundos provenientes do Orçamento de Estado, ou de Financiamentos Comunitários. Também com um peso significativo nos proveitos municipais, surgem os impostos directos (21,42%) e os trabalhos para a própria entidade (10,43%).

Importa referir que os impostos indirectos e as taxas apenas têm um peso no total dos proveitos de aproximadamente 6%, que quando comparados com a estrutura de custos indexada, patenteia um défice deste sector.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



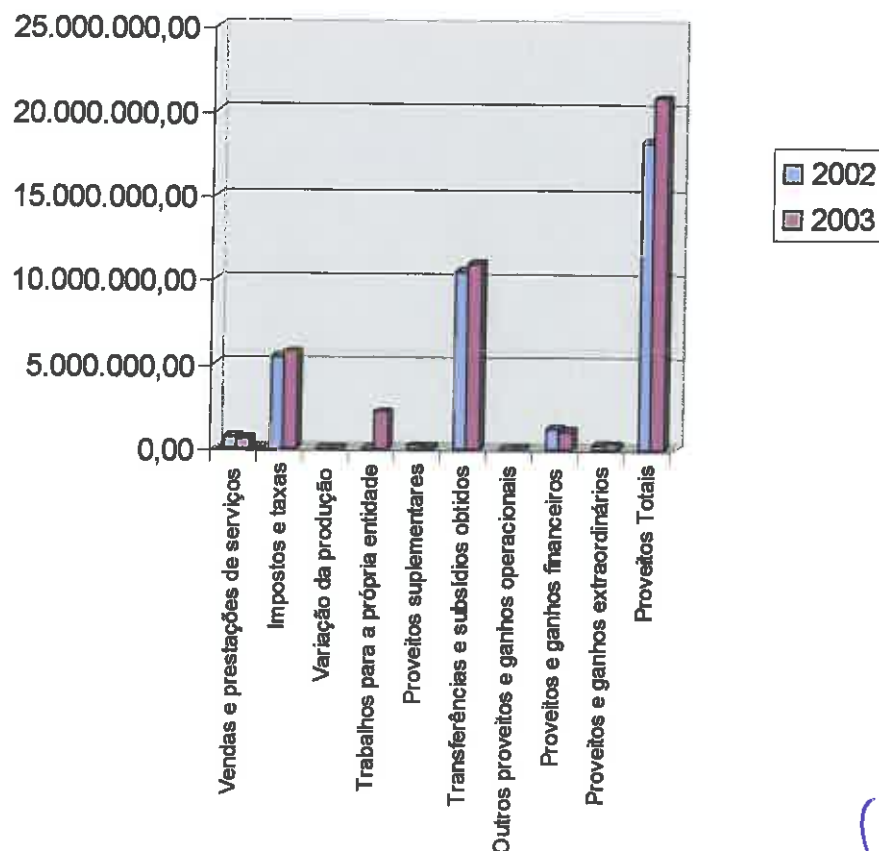
Evolução dos Proveitos

Evolução dos Proveitos a preços correntes

Uni: Euros

Estrutura de Proveitos	Exercícios			
	2003			2002
	Montante	Var. Absoluta	Var. (%)	Montante
Vendas e prestações de serviços	558.473,05	-111.761,09	-16,67	670.234,14
Impostos e taxas	5.699.073,91	244.484,34	4,48	5.454.589,57
Variação da produção	0,00	0,00	–	0,00
Trabalhos para a própria entidade	2.171.850,93	2.171.850,93	–	0,00
Proveitos suplementares	76.691,01	-74.838,69	-49,39	151.529,70
Transferências e subsídios obtidos	11.001.604,64	498.891,36	4,75	10.502.713,28
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00	–	0,00
Proveitos e ganhos financeiros	1.052.968,97	-81.554,83	-7,19	1.134.523,80
Proveitos e ganhos extraordinários	270.790,51	28.504,63	11,76	242.285,88
Proveitos Totais	20.831.453,02	2.675.576,65	14,74	18.155.876,37

Evolução dos Proveitos (2002-2003)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.



Os proveitos assinalam um crescimento de 14,74%, contudo, importa referir que este valor se encontra influenciado pelo início no exercício em análise, do registo dos proveitos relativos aos trabalhos para a própria entidade, pelo que ocultando esta variável, a variação dos proveitos totaliza um crescimento de apenas 2,77%.

Com um pendor evolutivo positivo, realçam-se os proveitos e ganhos extraordinários, sob a influência da transferência de uma fracção dos proveitos diferidos relativos aos financiamentos comunitários, para transferências de capital. Ainda com variação positiva, surgem os proveitos relativos a impostos e taxas, ou ainda as transferências e subsídios obtidos.

Com uma variação negativa de -16,67%, surgem os proveitos relacionados com vendas e prestações de serviços, e que resulta da concessão de algumas actividades anteriormente desenvolvidas directamente pela autarquia, para as empresas municipais.

Evolução das Receitas Orçamentais

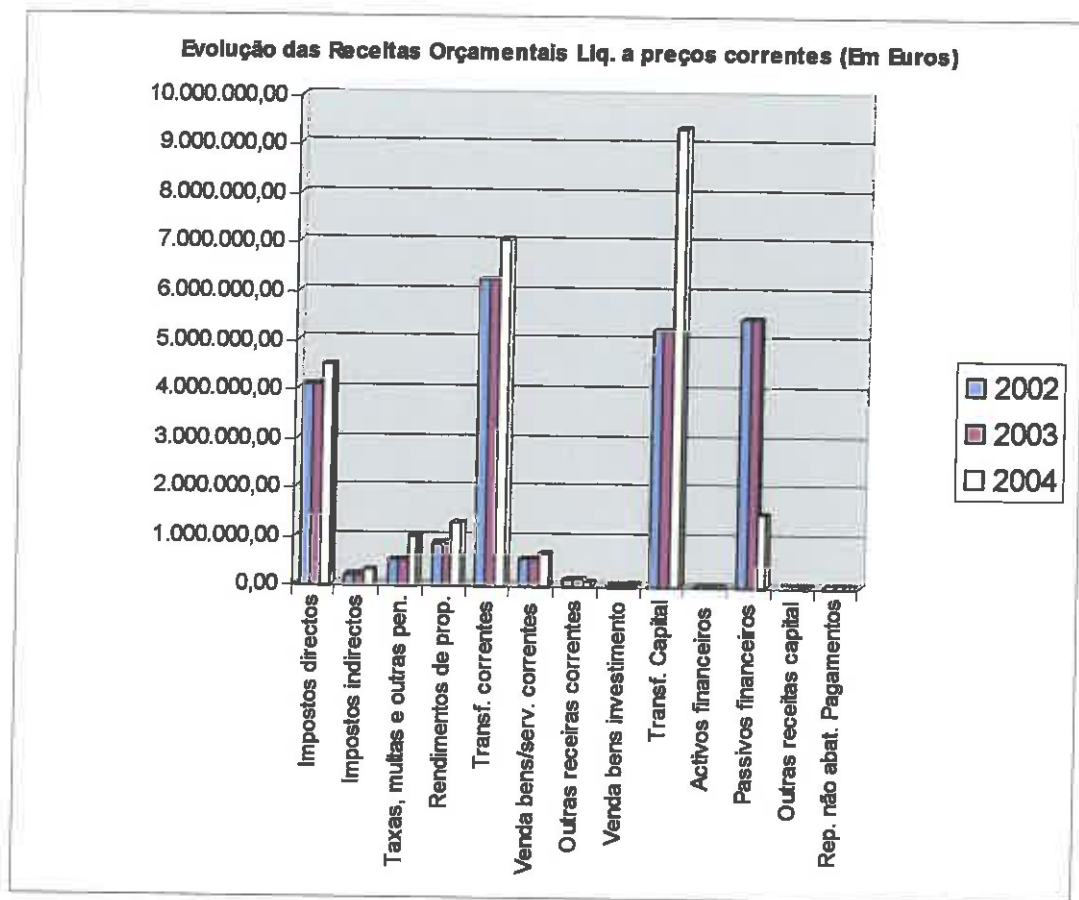
Evolução das Receitas Orçamentais a preços correntes

Uni: Euros

Descrição da Receita Liquidada	2001	2002	Var. (%)	2003	Var. (%)
Impostos directos	4.096.976,29	4.615.094,58	12,65	4.476.517,09	-3,00
Impostos indirectos	200.062,85	239.610,22	19,77	310.563,69	29,61
Taxas, multas e outras pen.	515.263,22	717.329,51	39,22	1.004.463,31	40,03
Rendimentos de prop.	856.665,44	907.269,72	5,91	1.267.226,09	39,67
Transf. Correntes	6.227.501,72	6.590.220,34	5,82	7.042.883,64	6,87
Venda bens/serv. Correntes	552.014,64	804.748,37	45,78	667.979,82	-17,00
Outras receitas correntes	134.311,31	157.329,03	17,14	113.430,50	-27,90
Venda bens investimento	6.384,61	130.184,23	1.939,03	38.777,56	-70,21
Transf. Capital	5.213.056,53	3.912.492,94	-24,95	9.327.933,99	138,41
Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	5.459.692,14	4.278.480,08	-21,64	1.482.886,63	-65,34
Outras receitas capital	0,00	1.000,00	--	20.572,24	1957,22
Rep. não abat. Pagamentos	--	249,65	--	--	--
Total	23.261.928,75	22.354.008,67	-3,90	25.753.234,56	15,21

Nota: Ano base = (n - 1)

Handwritten signatures and initials in blue ink.



No que concerne às receitas orçamentais, salienta-se um acréscimo global destas de aproximadamente 15%, por comparação ao ano de 2002. Este facto resulta em grande parte da variação absoluta de 5.415.441,05€, registada no capítulo relativo às “Transferências de Capital”, e que deriva essencialmente da captação de financiamentos comunitários, importando ainda referir a menor relevância da variação ocorrida nas transferências de capital de tipo *lump-sum*, como são os casos do Fundo Geral, Fundo Coesão e Base Municipal.

Evidencie-se ainda o ritmo de crescimento das receitas respeitantes a “Impostos indirectos”, “Taxas Multas e outras Penalidades” e “Rendimentos de Propriedade”, cujo crescimento indicia, assinaláveis níveis de evolução demográfica bem como de índole económico-financeira no concelho de Ourém.

Os impostos directos apresentam uma quebra de 3%, como consequência da redução ocorrida nas cobranças referentes à SISA e que resulta das alterações

Handwritten signatures and initials in blue ink.



ocorridas nos impostos incidentes sobre o património. A diminuição de receitas nos impostos desta natureza só não é mais acentuada, em resultado do crescimento de todos os restantes impostos directos.

As receitas integradas nos capítulos “Venda de Bens e Serviços Correntes”, indicam uma variação negativa absoluta de 136.768,55€, circunstanciada pela concessão de diversas actividades autárquicas, sobretudo às empresas municipais.

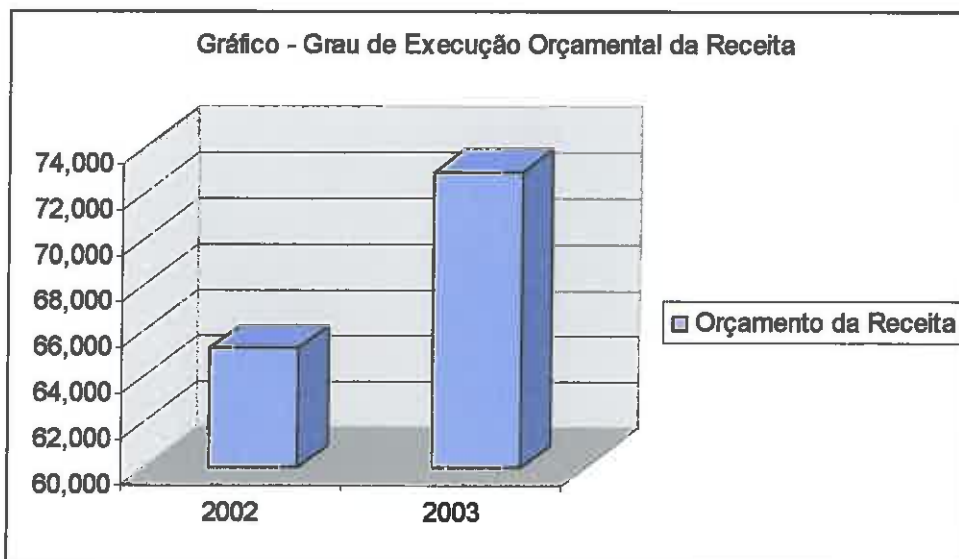
As receitas provenientes do recurso ao crédito apresentam um decréscimo de 65%, ocorrência que em parte é a consequência das imposições legais resultantes dos limites estabelecidos pelo Orçamento de Estado para a capacidade de endividamento municipal, em virtude dos compromissos assumidos pelo Governo no Pacto de Estabilidade e Crescimento. Note-se, que a ocorrência deste tipo de receita, visa essencialmente o financiamento de défices orçamentais, pelo que a sua diminuição não deverá ser entendida como uma quebra nas receitas orçamentais.

Evolução do Grau de Execução Orçamental da Receita

Mapa - Grau de Execução Orçamental da Receita

	2002	2003
Orçamento da Receita	65,191	72,911

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Cay' and other illegible marks.



O grau de execução orçamental da receita, visa apurar a relação entre o valor de receita cobrado (execução financeira) e o valor total previsto no Orçamento da Receita, num determinado ano económico.

Desta forma, constata-se uma melhoria significativa deste índice em 7,72 pontos, significando este, uma execução financeira de 72,911% das receitas totais previstas no Orçamento da Receita.



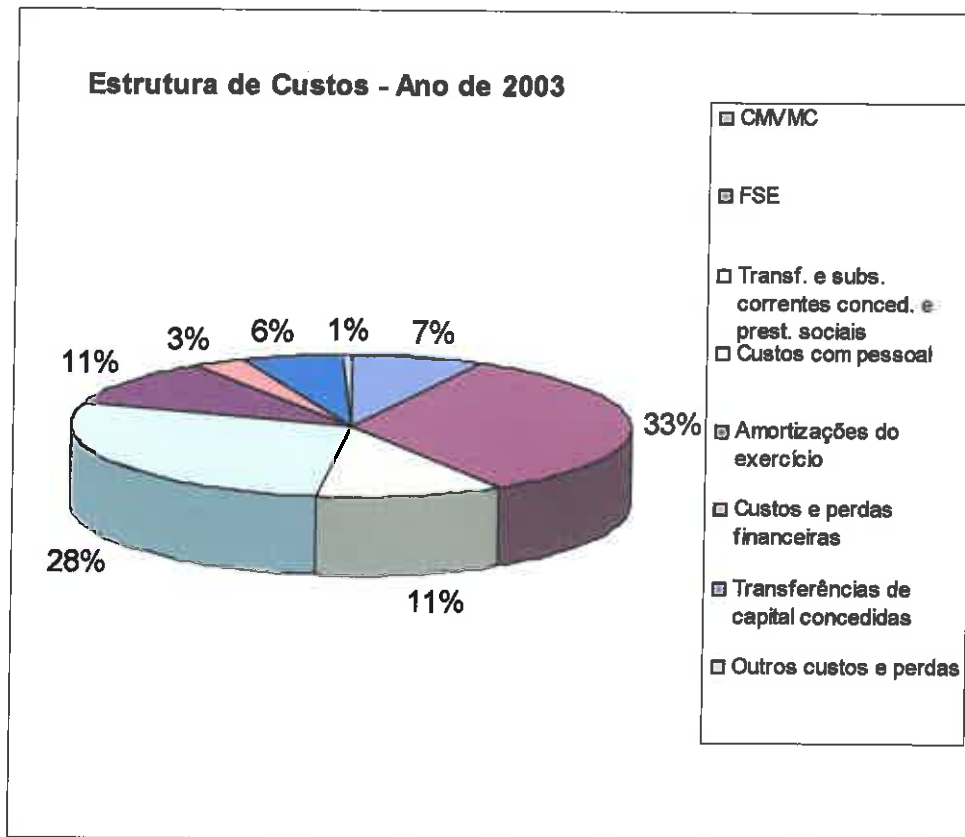
28.1.1.4 – Custos e Despesas

Estrutura de Custos

Uni: Euros

Estrutura de Custos	2003	
	Montante	%
Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	1.046.869,46	6,67
Electricidade	789.443,98	5,03
Combustíveis	209.459,70	1,33
Material de escritório	67.048,67	0,43
Rendas e alugueres	153.790,21	0,98
Comunicação	88.463,22	0,56
Seguros	39.659,18	0,25
Honorários	68.372,02	0,44
Conservação e reparação	250.469,47	1,60
Trabalhos especializados	253.388,05	1,61
Edições e publicações periódicas municipais	88.512,84	0,56
Exploração e Manutenção de ETAR's	192.175,89	1,22
Rec. Trat. e Transp. de Resíduos Sólidos	1.393.119,65	8,88
Transportes Escolares	622.150,00	3,96
Manutenção de Jardins	90.275,00	0,58
Outros fornecimentos e serviços externos	969.748,73	6,18
Transf. e subs. correntes conced. e prest. sociais	1.708.263,16	10,89
Custos com pessoal	4.374.174,79	27,88
Amortizações do exercício	1.692.527,14	10,79
Provisões do exercício	0,00	0,00
Outros custos e perdas operacionais	7.057,61	0,04
Custos e perdas financeiros	475.404,00	3,03
Transferências de capital concedidas	901.089,32	5,74
Outros custos e perdas extraordinários	210.118,10	1,34
Total de Custos	15.691.579,99	100,00

MSJA 4



Com o peso mais significativo, aproximadamente 33%, surgem os custos relacionados com Fornecimentos e Serviços Externos. Os custos com pessoal representam 27,88% do total dos custos, ficando-se os custos das amortizações em apenas 10,79%, como reflexo da inexistência em inventário municipal de grande parte do imobilizado em posse da autarquia, facto já explicitado nas notas ao balanço e à demonstração de resultados.

Realce-se ainda, que as transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais significam 10,89% do total dos custos, sendo o peso das transferências de capital concedidas de 5,74%. Desta forma, o somatório dos apoios financeiros concedidos de forma directa pela autarquia a entidades terceiras, representam 16,63% dos custos totais.

Os custos e perdas financeiras caracterizam apenas 3,03% da estrutura de custos.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



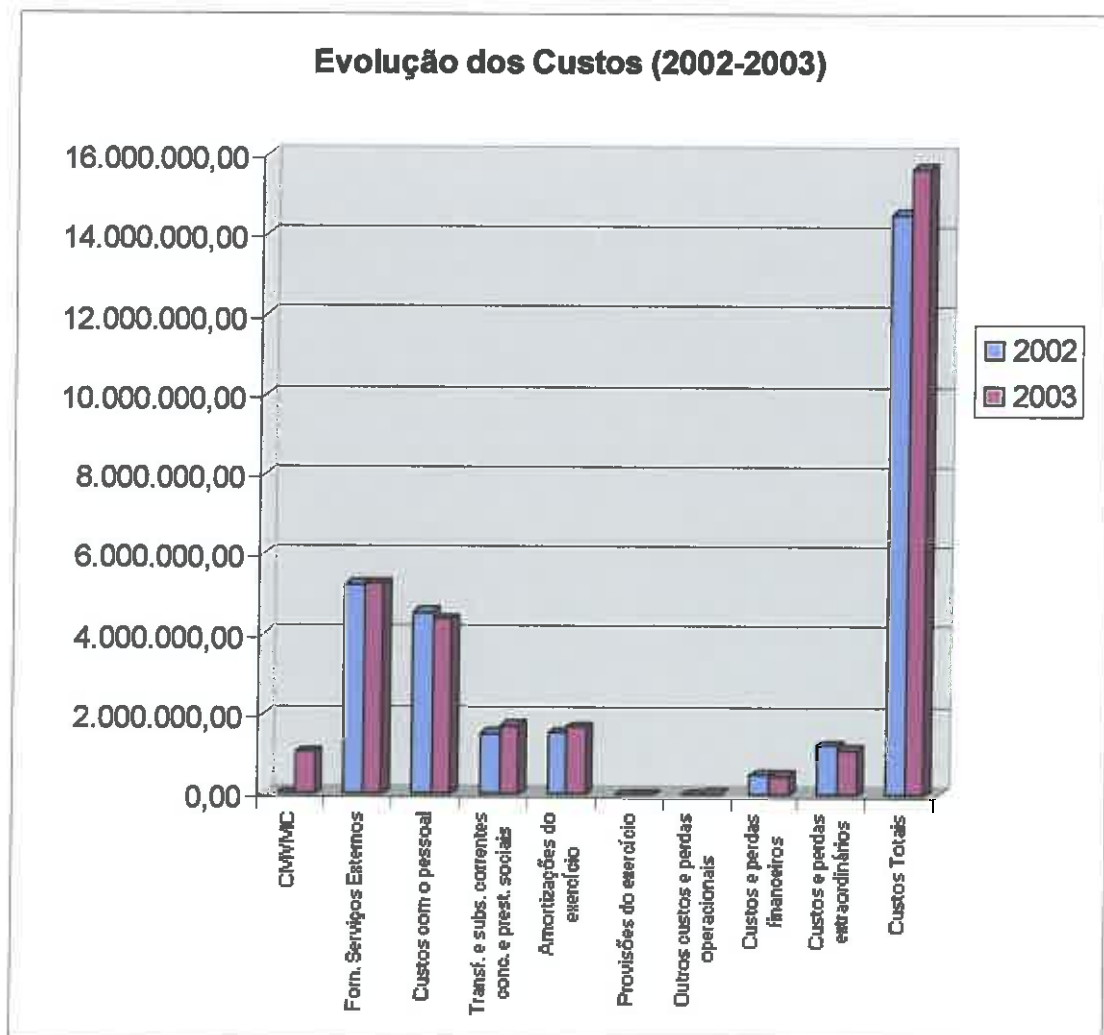
Evolução dos Custos

Evolução dos Custos a preços correntes

Uni: Euros

Estrutura de Custos	Exercícios			
	2003			2002
	Montante	Var. Absoluta	Var. (%)	Montante
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.046.869,46	1.046.869,46	–	0,00
Fornecimentos e serviços externos	5.276.076,41	33.927,02	0,65	5.242.149,39
Custos com o pessoal	4.374.174,79	-159.690,47	-3,52	4.533.865,26
Transf. e subsídios correntes concedidos e prest. sociais	1.708.263,16	210.365,33	14,04	1.497.897,83
Amortizações do exercício	1.692.527,14	154.753,12	10,06	1.537.774,02
Provisões do exercício	0,00	0,00	–	0,00
Outros custos e perdas operacionais	7.057,81	5.540,15	365,09	1.517,46
Custos e perdas financeiros	475.404,00	-26.479,33	-5,28	501.883,33
Custos e perdas extraordinários	1.111.207,42	-114.565,41	-9,35	1.225.772,83
Custos Totais	15.691.579,99	1.150.719,87	7,91	14.540.860,12

Evolução dos Custos (2002-2003)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MSJ' and 'Cay'.



Os custos apresentam um aumento de 7,91%, contudo, importa salientar que este exercício se encontra influenciado pelo início da contabilização dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, em similar analogia ao ocorrido nos proveitos no que concerne aos trabalhos para a própria entidade, pelo que ocultando esta variável, a variação dos custos totaliza um crescimento de apenas 0,66%.

Desta forma, e considerando que a taxa média anual de inflação referente ao exercício de 2003 se deverá situar nos 3,3%, significa que os custos apresentam uma diminuição real na ordem dos -2,64%, apesar do aumento em 14,04% dos custos referentes a transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais, ou em 10,06% dos referentes às amortizações do exercício.

Para a circunstância mencionada no parágrafo anterior, contribui a diminuição em -3,52% dos custos com pessoal, em -5,28% dos custos e perdas financeiras e em -9,35% os custos e perdas extraordinárias. Assim, não serão alheias as ocorrências registadas em matéria de contenção salarial, ou mesmo os níveis historicamente baixos das taxas de juro. Importa ainda referir a insignificante variação positiva 0,65% dos custos relacionados com fornecimentos e serviços externos.



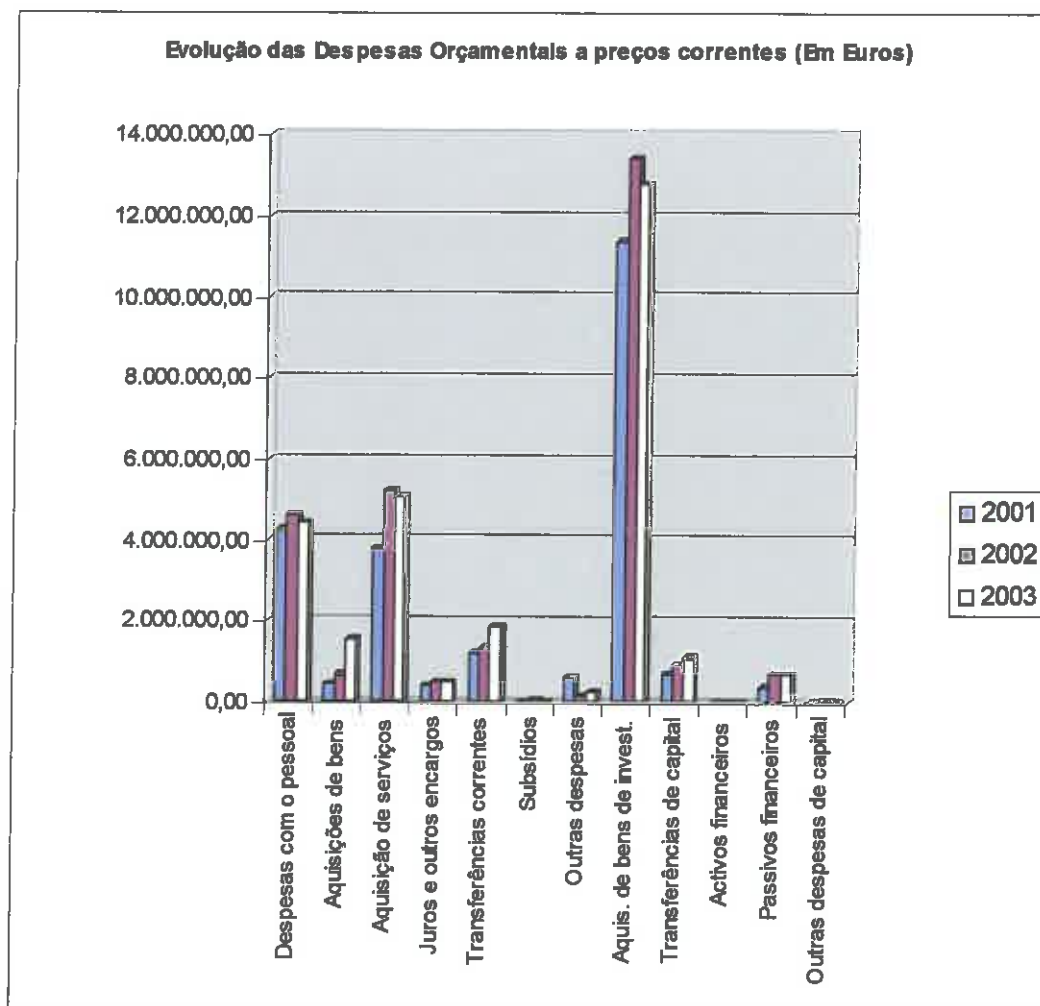
Evolução das Despesas Orçamentais

Evolução das Despesas Orçamentais a preços correntes

Uni: Euros

Descrição da Despesa	2001	2002	Var. (%)	2003	Var. (%)
Despesas com o pessoal	4.244.046,85	4.624.731,70	8,97	4.424.571,36	-4,33
Aquisições de bens	420.212,29	646.243,57	53,79	1.530.946,64	136,90
Aquisição de serviços	3.773.820,09	5.206.848,28	37,97	5.070.464,55	-2,62
Juros e outros encargos	392.504,07	494.033,22	25,87	475.094,89	-3,83
Transferências correntes	1.195.518,80	1.334.372,99	11,61	1.863.118,45	39,63
Subsídios	0,00	6.075,67	--	0,00	-100,00
Outras despesas correntes	614.055,13	129.006,31	-78,99	229.068,68	77,56
Aquisição de bens de investimento	11.385.635,62	13.409.577,87	17,78	12.781.525,62	-4,68
Transferências de capital	664.832,75	932.989,91	40,33	1.102.743,75	18,19
Activos financeiros	0,00	0,00	--	1.953,00	--
Passivos financeiros	349.158,53	685.709,31	0,00	663.514,71	-3,24
Outras despesas de capital	0,00	47.501,05	--	0,00	-100,00
Total	23.039.784,13	27.517.089,88	19,43	28.143.001,65	2,27

Nota: Ano base = (n - 1)



Handwritten signatures and initials in blue ink.



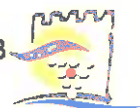
As despesas orçamentais apresentam um crescimento de 2,27%, valor inferior em 1,03 p.p à variação média do IHPC (Índice de Preços no Consumidor), relativo ao ano económico em análise, deixando depreender um ano de contenção orçamental ao nível das despesas.

No que concerne à contenção de despesas orçamentais, evidencie-se a quebra em -4,33%, relativa às despesas com pessoal que resulta parcialmente da contenção salarial proveniente da política orçamental do Governo, ou a quebra de -2,62% com as despesas relativas à aquisição de serviços. As despesas relativas a passivos financeiros, ou juros e outros encargos também assinalam uma redução, as primeiras devido ao período de carência dos empréstimos entretanto contratados, e as segundas em resultado da diminuição das taxas de juro.

No que respeita ao crescimento, importa referir as despesas com aquisição de bens correntes, e que derivam da implementação cada vez mais rigorosa dos princípios e características orçamentais adjacentes ao POCAL, considerando que esta variação, resulta de despesas que anteriormente se assumiam na rubrica orçamental "Aquisição de bens de investimento", derivando de uma noção de investimento errónea e divergente de adequados conceitos contabilísticos.

Assinale-se ainda, o acréscimo das despesas relativas a transferências correntes (39,63%) e transferências de capital (18,19%), como consequência da atribuição de mais "subsídios" às diversas instituições sem fins lucrativos existentes na área geográfica deste concelho.

Nota: o conceito de subsídio continua arreigado de forma incorrecta, no seio dos municípios, no entanto importa esclarecer, que os apoios atribuídos pela autarquia a entidades terceiras, são sob o ponto de vista conceptual e económico, transferências. O conceito de subsídio, e embora resulte da natureza de transferências correntes, reveste-se contudo, de características especiais sob o ponto de vista económico, pelo que por definição, os subsídios

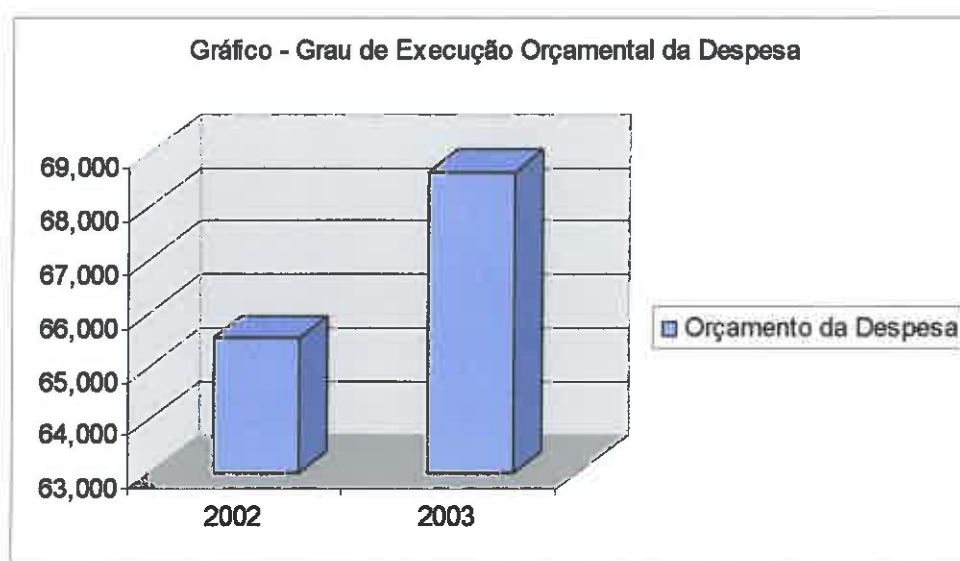


são fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para empresas municipais, intermunicipais, ou empresas participadas com o objectivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos factores de produção.

Evolução do Grau de Execução Orçamental da Despesa

Mapa - Grau de Execução Orçamental da Despesa

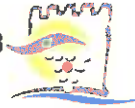
	2002	2003
Orçamento da Despesa	65,537	68,649



O grau de execução orçamental da despesa, visa apurar a relação entre o valor de despesa paga (execução financeira) e o montante total previsto no Orçamento da Despesa, num determinado ano económico.

Desta forma, constata-se uma melhoria significativa deste índice em 3,112 pontos, significando este, a execução financeira de 68,649% das despesas totais previstas no Orçamento da Despesa.

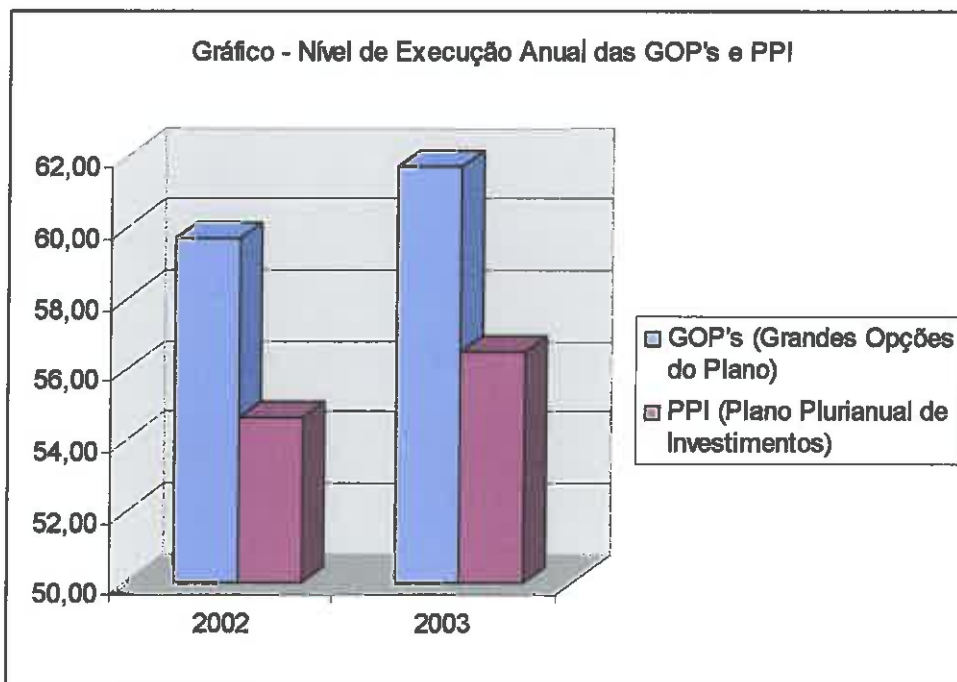
Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'L. Cruz'.



Evolução do nível execução anual das GOP's e do PPI

Mapa - Nível de Execução Anual

	2002	2003
GOP's (Grandes Opções do Plano)	59,70	61,74
PPI (Plano Plurianual de Investimentos)	54,67	56,51



O nível de execução anual, visa apurar a relação entre as despesas pagas (execução financeira) e o montante previsto nas GOP's (Grandes Opções do Plano) e PPI (Plano Plurianual de Investimentos)

Em consonância com o quadro apresentado, o nível de execução anual das GOP's, regista um aumento em 2,04 pontos, representando este, uma execução financeira de 61,74% do total das despesas previstas em GOP's. O nível de execução anual do PPI demonstra um aumento em 1,84 pontos, pelo que evidencia uma execução financeira de 56,51% do total das despesas previstas no PPI.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'A. G.' and other illegible marks.



Evolução das Despesas executadas (pagas) nas GOP's (Grandes Opções do Plano de 1993 a 2003

Quadro – Evolução de GOP's (em euros) a preços correntes

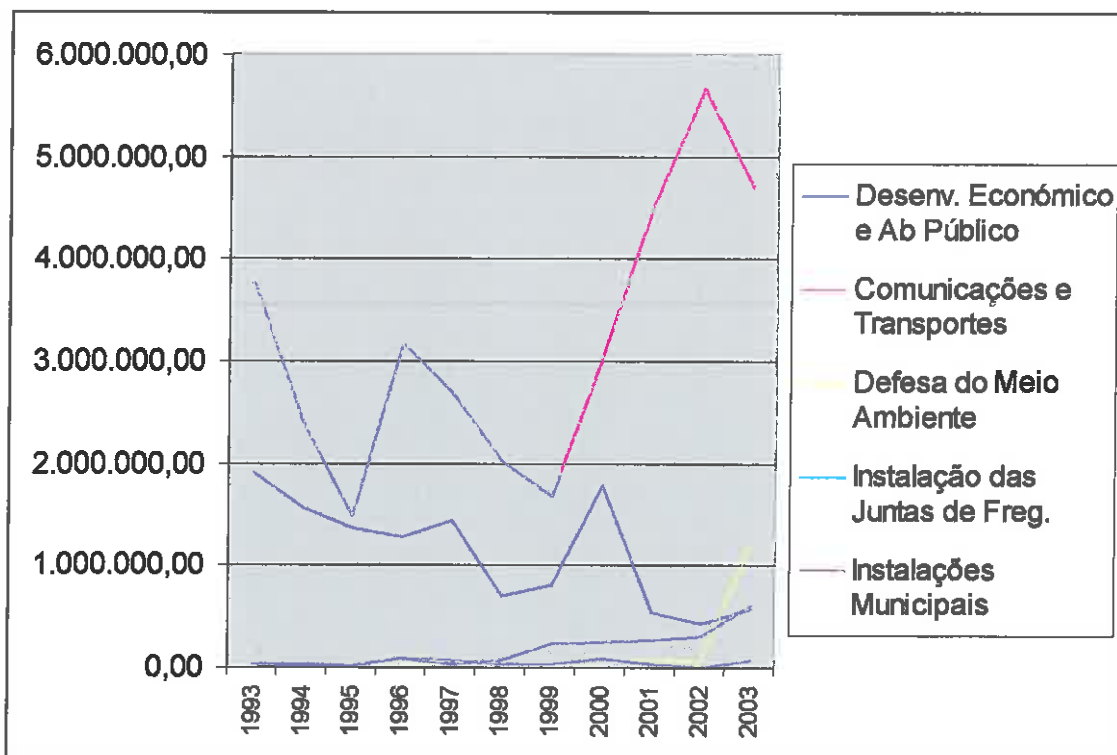
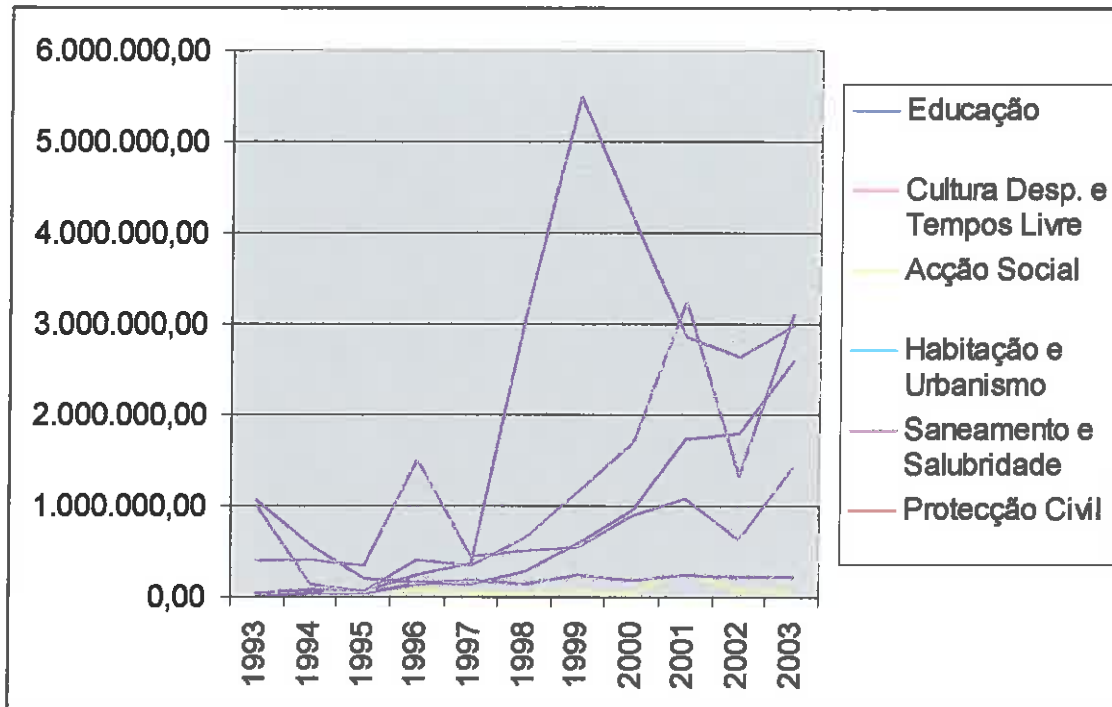
Grandes Objectivos	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Educação	1.086.509,71	572.465,36	202.217,66	160.159,02	133.373,57	288.230,36
Cultura Desp. e Tempos Livre	992.852,00	135.692,98	65.796,43	415.743,06	348.789,42	653.998,86
Acção Social	54.758,03	35.469,52	53.745,47	59.785,92	45.325,76	32.746,13
Habitação e Urbanismo	405.926,71	400.549,68	353.198,79	1.512.998,67	451.456,99	504.379,45
Saneamento e Salubridade	41.365,31	87.958,02	51.371,20	248.206,82	366.182,50	3.131.363,41
Protecção Civil	0,00	49.879,79	46.388,20	152.851,63	176.694,17	145.918,34
Desenv. Económico e Ab. Público	1.902.245,59	1.562.728,82	1.370.287,61	1.281.396,83	1.436.488,06	706.841,51
Comunicações e Transportes	3.754.990,47	2.393.287,18	1.477.993,04	3.166.289,24	2.682.789,48	2.020.914,60
Defesa do Meio Ambiente	2.104,93	2.314,42	4.883,23	9.761,47	27.488,75	80.760,37
Instalação das Juntas de Freg.	39.060,86	34.836,05	26.321,57	82.660,79	71.163,50	36.621,74
Instalações Municipais	3.102,53	12.834,07	24.131,84	88.791,01	34.417,05	68.554,78
TOTAL	8.262.916,14	5.288.015,89	3.676.335,04	7.178.644,46	5.774.169,25	7.670.329,55

Grandes Objectivos	1999	2000	2001	2002	2003	TOTAL
Educação	585.683,50	854.170,45	1.736.130,92	1.805.631,52	2.597.858,48	10.102.430,55
Cultura Desp. e Tempos Livre	1.169.516,47	1.703.639,23	3.253.254,66	1.318.231,95	3.097.923,82	13.155.438,88
Acção Social	64.843,73	45.854,49	293.208,37	69.337,66	62.690,18	817.765,26
Habitação e Urbanismo	555.471,31	897.826,24	1.079.074,43	636.565,53	1.426.298,71	8.223.766,51
Saneamento e Salubridade	5.490.183,66	4.131.328,50	2.853.542,96	2.632.373,24	2.977.635,28	22.011.510,90
Protecção Civil	247.782,84	183.288,28	239.757,19	223.840,24	219.005,45	1.685.406,13
Desenv. Económico e Ab. Público	813.270,02	1.770.323,52	534.741,27	430.562,62	573.476,91	12.382.362,78
Comunicações e Transportes	1.662.603,13	3.043.510,14	4.501.182,15	5.653.866,17	4.692.768,84	35.050.194,24
Defesa do Meio Ambiente	14.754,44	45.026,49	70.465,18	58.773,78	1.198.715,80	1.515.048,86
Instalação das Juntas de Freg.	27.159,55	91.005,68	36.696,56	8.778,45	70.018,03	524.322,78
Instalações Municipais	240.106,34	245.268,90	277.336,62	302.268,79	602.566,92	1.899.378,85
TOTAL	10.871.374,99	13.111.241,92	14.875.390,31	13.140.249,95	17.518.958,22	107.367.625,72

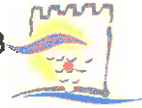
Handwritten signatures and initials in blue ink.



Gráficos – Evolução de GOP's (1993-2003) em euros a preços correntes



[Handwritten signatures and notes in blue ink]



Importa mencionar, que em 2002, ocorreu uma transição no regime contabilístico, pelo que a comparação com anos anteriores, será sempre meramente indicativa.

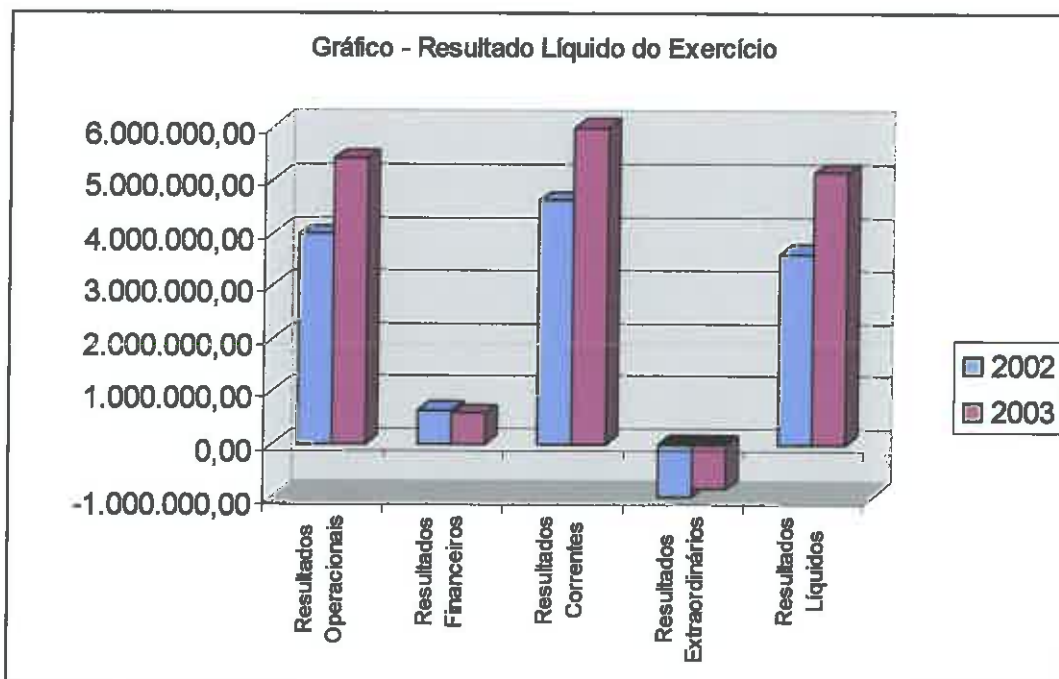
28.1.1.5 - Resultados

28.1.1.5.1- Resultado Líquido do Exercício

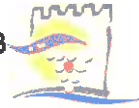
Mapa – Resultado Líquido do Exercício

Uni: Euros

Rubricas	2002	2003	Variação Absoluta	Var. (%)
Resultados Operacionais	3.965.862,73	5.402.724,97	1.436.862,24	36,23
Resultados Financeiros	632.640,47	577.564,97	-55.075,50	-8,71
Resultados Correntes	4.598.503,20	5.980.289,94	1.381.786,74	30,05
Resultados Extraordinários	-983.486,95	-840.416,91	143.070,04	14,55
Resultados Líquidos	3.615.016,25	5.139.873,03	1.524.856,78	42,18



A análise do resultado líquido do exercício obtido (5.139.873,03€), deverá considerar as disposições evidenciadas em notas ao balanço e à

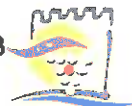


demonstração de resultados no ponto 13.2, considerando a afectação do Resultado Operacional alcançado, decorrente principalmente da aplicação de um valor de amortizações aquém do valor real, em consequência da presença de bens de imobilizado, que ainda não integram o Inventário Municipal, essencialmente por ainda não cumprirem todas as disposições legais previstas para o efeito.

Ao referido, importa mencionar o desadequado tempo de vida útil definido pelo diversos diplomas de Inventário, bem como as especificidades inerentes às autarquias locais e ao POCAL, factos que condicionam e influenciam, a interpretação do R.L.E. nas autarquias locais.

Desta forma, registre-se a ausência de doutrina, que tenha por contexto a análise aos resultados obtidos no âmbito do POCAL, com o intuito de tornar objectivo e claro, qualquer estudo ou interpretação elaborado com base nos resultados obtidos.

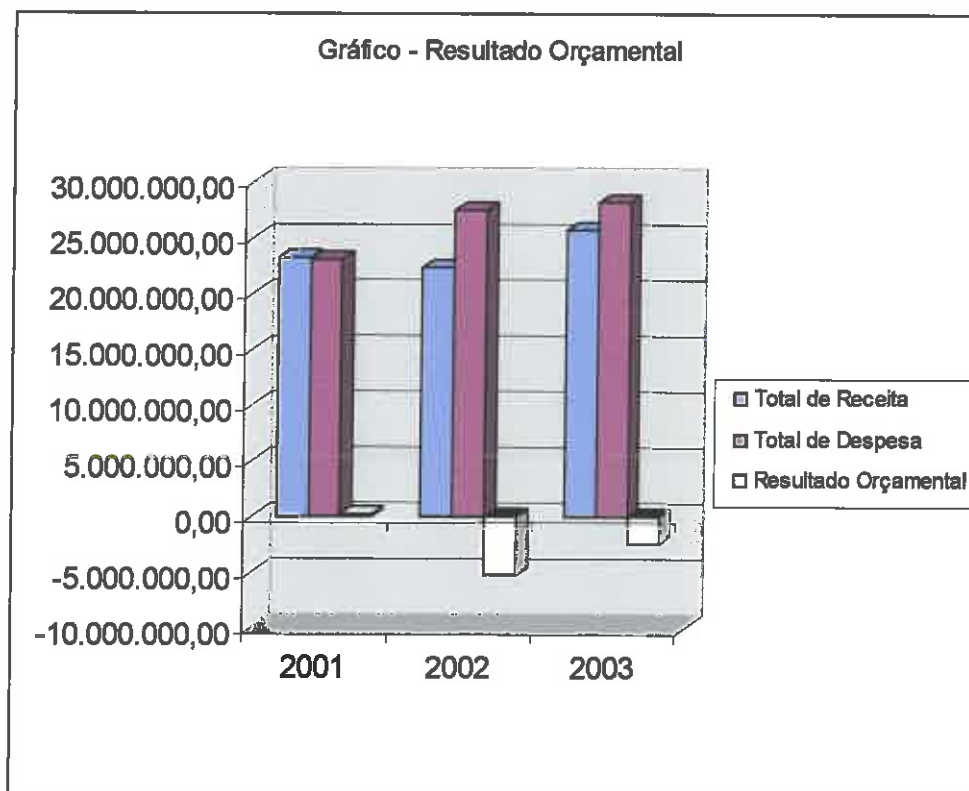
No entanto, podemos observar no quadro acima exposto, que o R.L.E. sofreu um aumento de 42,18%, sendo a única variação negativa relacionada com os resultados financeiros. Os resultados extraordinários, continuam a manifestar um pendor negativo, apesar da diminuição apresentada, facto que se deve sobretudo às transferências de capital concedidas, e que se enquadram no regular funcionamento da actividade numa autarquia local.



28.1.1.5.2 - Resultados Orçamentais

Designação	2001	2002	2003
Total de Receita	23.261.928,75€	22.354.008,67€	25.753.234,56€
Total de Despesa	23.039.784,13€	27.555.938,88€	28.143.001,65€
Resultado Orçamental	222.144,62€	-5.201.930,21€	-2.389.767,09€
Nota Orçamental	Superavit	Défice	Défice
(%) do T.R.	0,95	23,27	9,28
(%) do T.D.	0,96	18,88	8,49

Nota: A percentagem do resultado foi efectuada quer por relação ao Total da Receita, quer por relação ao Total da Despesa; O Total de Despesa considerado é o que deriva da facturação ocorrida.



O ano económico de 2003 apresenta um défice orçamental, cujo valor absoluto é de -2.389.767,09€, significando este 9,28% do Total da Receita e 8,49% do

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Total da Despesa. No entanto, e como reflexo da contenção ocorrida nas despesas e o notório aumento das receitas, o défice orçamental diminuiu em 2.812.163,12€, valor que representaria um superavit orçamental em 2003, caso fosse excluído o défice orçamental transferido do orçamento de 2002, para o orçamento do corrente exercício em análise, ou seja, caso o POCAL estabelecesse a aplicação do princípio da especialização do exercício nas regras orçamentais.

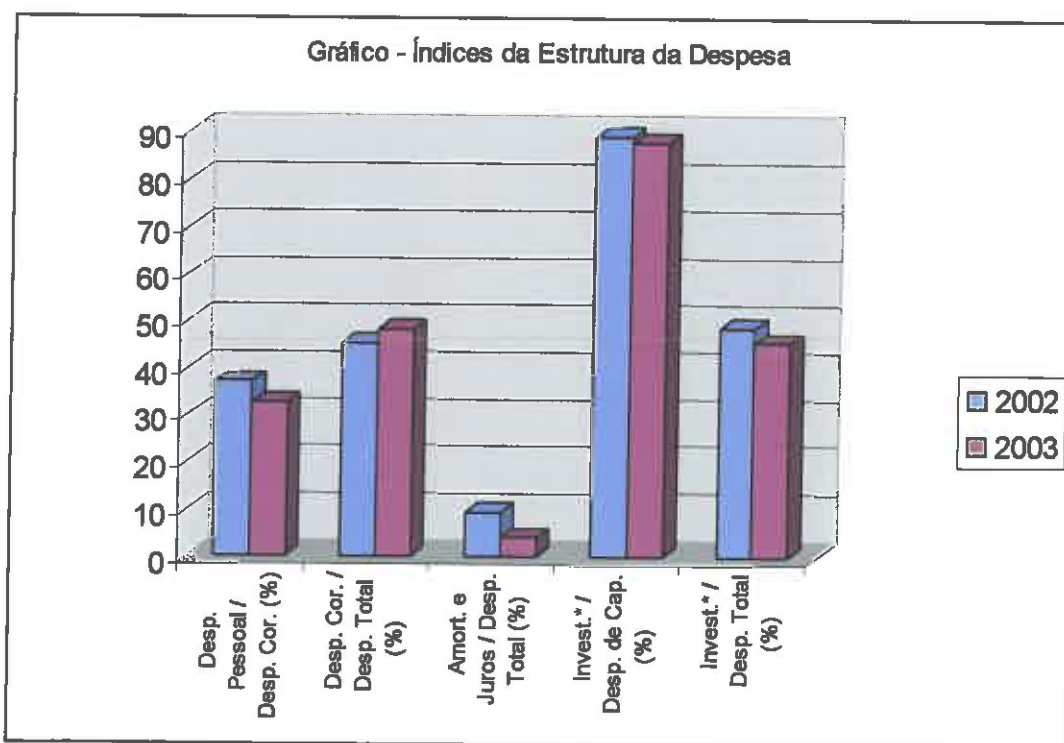
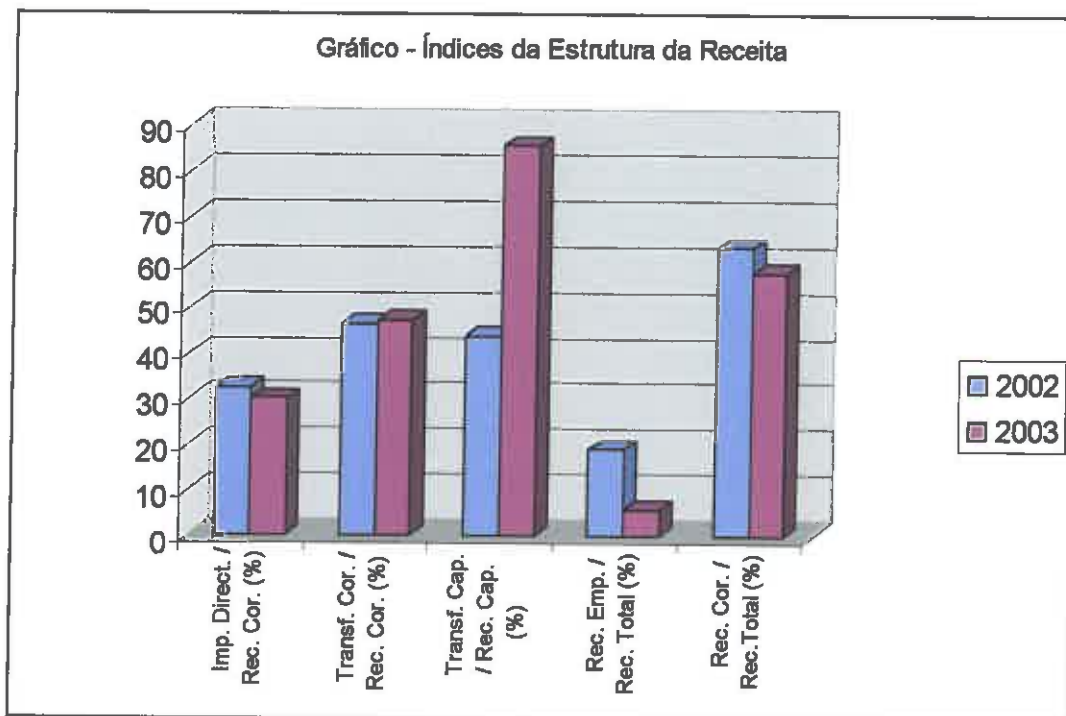
28.1.1.6 - Rácios Orçamentais

Mapa – Rácios Orçamentais

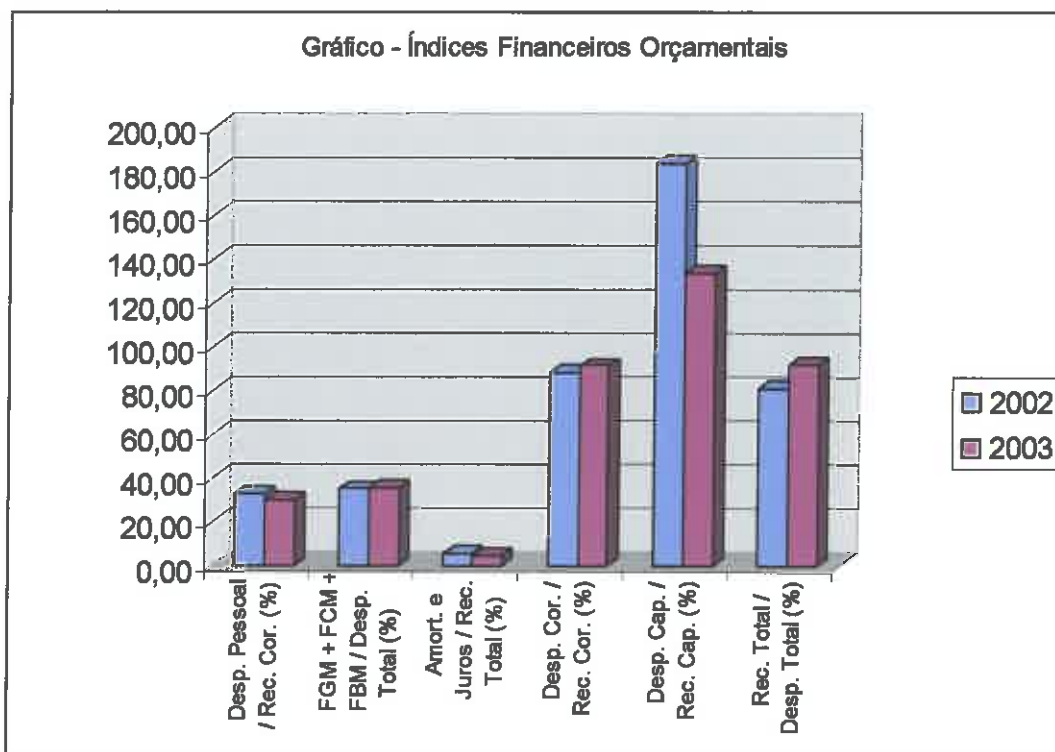
DESIGNAÇÃO DOS RÁCIOS	2002	2003
ÍNDICES DA ESTRUTURA DA RECEITA		
Impostos Directos / Receita Corrente (%)	32,59	30,08
Transferências Correntes / Receita Corrente (%)	46,54	47,32
Transferências Capital / Receita Capital (%)	43,9	85,81
Receitas de Empréstimos / Receita Total (%)	19,14	5,76
Receita Corrente / Receita Total (%)	63,35	57,79
ÍNDICES DA ESTRUTURA DA DESPESA		
Despesa de Pessoal / Despesa Corrente (%)	37,06	32,55
Despesa Corrente / Despesa Total (%)	45,29	48,30
Amortizações e Juros / Despesa Total (%)	9,45	4,02
Investimento* / Despesa de Capital (%)	88,94	87,85
Investimento* / Despesa Total (%)	48,66	45,42
ÍNDICES FINANCEIROS ORÇAMENTAIS		
Despesas de Pessoal / Receita Corrente (%)	32,65	29,73
FGM + FCM + FBM / Despesa Total (%)	34,82	35,16
Amortizações e Juros / Receita Total (%)	5,28	4,42
Despesa Corrente / Receita Corrente (%)	88,13	91,33
Despesa de Capital / Receita de Capital (%)	184,03	134,10
Receita Total / Despesa Total (%)	81,12	91,51
FGM+FCM+FBM / População Residente (Euros/habitante)	207,62	214,13
ÍNDICES DE INVESTIMENTO		
Venda Bens de Investimento / Investimento*	0,009	0,003
Fundos Comunitários de Capital / Investimento*	0,004	0,37
Empréstimos / Investimento*	0,32	0,12
Investimento* / Receita Total	0,60	0,50
Investimento* / População Residente (Euros/habitante)	290,15	276,56
Investimento* / Área Municipal (Euros/Km2)	32.195,87	30.687,94
ÍNDICES DE DESPESA PÚBLICA POR HABITANTE		
Despesa Total / População Residente (Euros/habitante)	596,24	608,95

* considerada a totalidade da classificação orçamental 07 - "Aquisição de Bens de Capital"

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'MEY' and other illegible marks.



Handwritten signatures and initials in blue ink.



Índices da Estrutura da Receita

Estes índices demonstram a diminuição do peso da receita corrente na receita total e a quebra assinalável do peso actual das receitas de empréstimos no orçamento total da receita, em consequência do menor recurso ao crédito.

Importa ainda referir o incremento das receitas relativas a transferências de capital, com reflexo do aumento da captação de financiamentos comunitários.

Índices da Estrutura da Despesa

Este capítulo, demonstra a diminuição do peso das despesas de pessoal no total das despesas correntes, tendo estas últimas, sofrido um ligeiro aumento por relação às despesas totais.

Comprova-se ainda a quebra do peso das despesas relativas a amortizações e juros e a investimento, no total da despesa. O primeiro decréscimo resulta da



diminuição da taxa de juro, do menor recurso ao crédito e da contratação de empréstimos com período de carência. O segundo resulta em parte, dos critérios contabilísticos adoptados.

Índices Financeiros Orçamentais

Estes índices reportam a diminuição do peso das despesas de pessoal na receita corrente, ou mesmo um aumento da cobertura da despesa total pela receita total, que resulta numa diminuição do défice orçamental.

Índices de Investimento

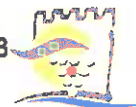
Estes índices divulgam a diminuição de importância dos empréstimos obtidos no total do investimento, e a insignificância do peso das receitas resultantes da venda de bens de investimento no investimento municipal.

O ano de 2003, e em contraposto ao evidenciado no ano de 2002, demonstra um aumento significativo do peso dos fundos comunitários de capital no investimento municipal.

A diminuição do investimento por população residente, ou por área municipal, resulta dos critérios contabilísticos entretanto adoptados, no que concerne ao conceito de investimento. Assim, por referência ao ano económico de 2003, o investimento municipal apresenta um valor de 30.687,94€ por Km² e de 276,56€ por habitante residente.

Índice de Despesa Pública por Habitante

O total da despesa orçamental, aumentou 12,71€ por habitante, quando em comparação com o ano económico de 2002, totalizando agora o valor de 608,95€.



28.1.2 - Análise da Situação Financeira

O estudo da Situação Financeira é efectuado com base no Balanço e na Demonstração de Resultados, sobre o qual se elaboram as condições financeiras que relacionadas nos permitem ter uma noção importante sobre a situação financeira.

28.1.2.1 - Condições Financeiras

A análise de rácios e indicadores revela-se cada vez mais como o método mais eficiente para qualquer análise financeira, sendo conveniente a sua adaptação, de forma a garantir que o objecto da análise se traduza numa fácil compreensão.

MAPA DE CONDIÇÕES FINANCEIRAS

Designações	Exercícios	
	2002	2003
(Fundo Maneio)	-5.522.419,82 €	-2.452.165,23 €
(Cash Flow Estático)	5.152.790,27 €	6.832.400,17 €
1. Estabilidade (s.l.)		
1.1 Solvabilidade	1,48	1,59
1.2 Autonomia	0,33	0,37
1.3 Estabilidade (s.r.)	0,48	0,59
2. Estrutura do Activo		
2.1 Cobertura do A I. em Capitais Próprios	0,33	0,39
2.2 Cobertura do A I. em Capitais Permanentes	0,84	0,81
2.3 Peso relativo ao A I. no Activo Total	0,98	0,95
3. Liquidez		
3.1 Liquidez Geral	0,05	0,47
3.2 Liquidez Reduzida	0,05	0,46
3.3 Participação - Existências no Activo Corrente	--	2,70%
3.4 Financiamento do Activo Corrente	-19,59	-1,12
4. Complementares		
4.1 Capacidade de Endividamento	2,07	1,69
4.2 Financ. do F.M. por Passivo de Financiamento	-2,94	-7,04
4.3 Cobertura do Passivo Corrente por C.P.	1,84	3,45

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Cay' and various initials.



Fundo Maneio

O Fundo de Maneio pode ser considerado como a margem de segurança da entidade, com a qual se pode fazer face ao exigível a curto prazo, devendo este ser suficiente para garantir o ajustamento da cadência de transformação de activos em meios líquidos de resposta às dívidas, e além disso, permitir à entidade a existência de fundos fora da exigência imediata dos credores, para cobertura dos riscos que possam afectar no futuro, a manutenção desse ajustamento.

Através do valor apresentado, deduz-se que o Passivo Corrente não se encontra coberto pelo Activo Corrente, desta forma o Fundo Maneio reflecte-se num valor negativo. No entanto, anote-se a substancial melhoria deste valor que em percentagem significa um progresso de aproximadamente 44%, e em valor absoluto o montante de 3.070.254,59€.

Cash Flow Estático

O cash flow, revela a propensão para a obtenção de lucros e por natural prolongamento da liquibilidade, assim corresponde às amortizações, às provisões e ao R.L.E.

O ano de 2003 apresenta uma variação positiva de aproximadamente 33% quando relacionado o ano anterior, continuando este indicador a apresentar um valor fortemente positivo.

Estabilidade

Os rácios de estabilidade pretendem demonstrar a proporcionalidade das massas patrimoniais mais importantes.



A autarquia apresenta uma melhoria de todos os rácios de estabilidade, apresentando um valor razoável de solvabilidade e estabilidade, e modesto de autonomia. Porém, importa mencionar que na realidade os referidos rácios deverão em termos reais, apresentar valores mais favoráveis, considerando que o Activo em posse da autarquia (variável que influencia de forma directa os rácios obtidos), ainda não se encontra apurado na sua totalidade.

Estrutura do Activo

No que diz respeito à estrutura do Activo, houve um aumento da cobertura do Activo Imobilizado por Capitais Próprios e uma diminuição da cobertura do Activo Imobilizado por Capitais Permanentes. O peso relativo ao Activo Imobilizado no Activo Total é bastante pronunciado, apesar de ter sofrido uma ligeira quebra.

Liquidez

Estes índices permitem avaliar a aptidão da entidade para satisfazer os seus compromissos a curto prazo.

Os índices relacionados demonstram uma melhoria significativa da liquidez municipal, no entanto, os valores apresentados indicam ainda alguma debilidade. Considerando a especificidade desenvolvida pela entidade em análise, os valores apresentados não devem ser entendidos como um motivo de preocupação, considerando ainda, que esta apreciação será comum à quase totalidade dos municípios portugueses.

As Existências representam 2,70% do Activo Corrente. O financiamento do referido activo continua a apresentar um valor negativo, apesar da sua significativa diminuição, reflexo da redução do grau de negatividade do Fundo de Maneio.



Complementares

O rácio da capacidade de endividamento apresenta um pronunciado sentido de melhoria, mas considerando que este valor se apresenta ainda superior à unidade, indica que a autarquia ainda se encontra acima do limite da sua capacidade. Porém, importa referir que o valor em causa se encontra influenciado directamente pelo valor existente no Capital Próprio, o qual está aquém do valor real, facto que incute neste índice uma avaliação extemporânea e pouco concreta.

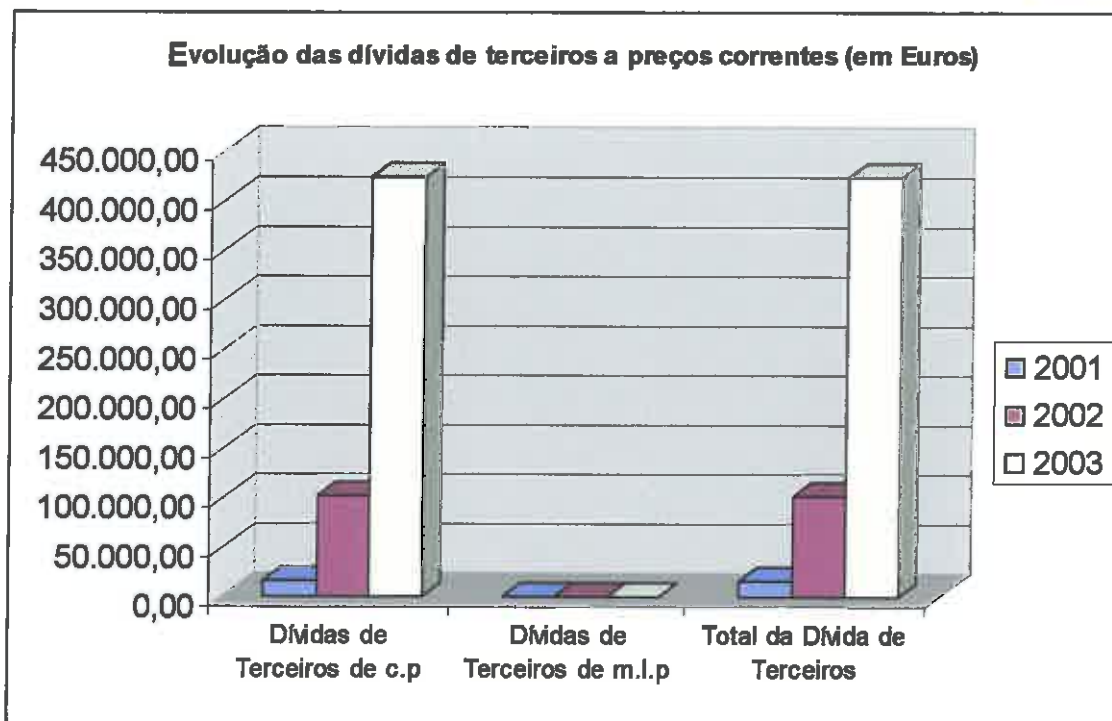
Convém ainda mencionar, que a capacidade de endividamento das Autarquias Locais se encontra prevista na Lei das Finanças Locais, entretanto suspensa pelas definições constantes na Lei Orçamental de 2004, a exemplo do que já havia ocorrido em 2003, face à qual este Município ainda dispõe de capacidade.

28.1.2.2 - Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo de terceiros a preços correntes

Uni: Euros

Designação	2001	2002		2003	
	Valor (€)	Var. (%)	Valor (€)	Var. (%)	Valor (€)
Dívidas de Terceiros de curto prazo	16.608,42	511,67	101.589,44	316,03	422.638,07
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo	0,00	–	0,00	–	0,00
Total da Dívida de Terceiros	16.608,42	511,67	101.589,44	316,03	422.638,07

Nota: Ano base = (n-1)



No que concerne a dívidas de terceiros, apenas se verificam dívidas de curto prazo, tendo estas sofrido um aumento de 316,03%, que em valor absoluto representam 321.048,63€.

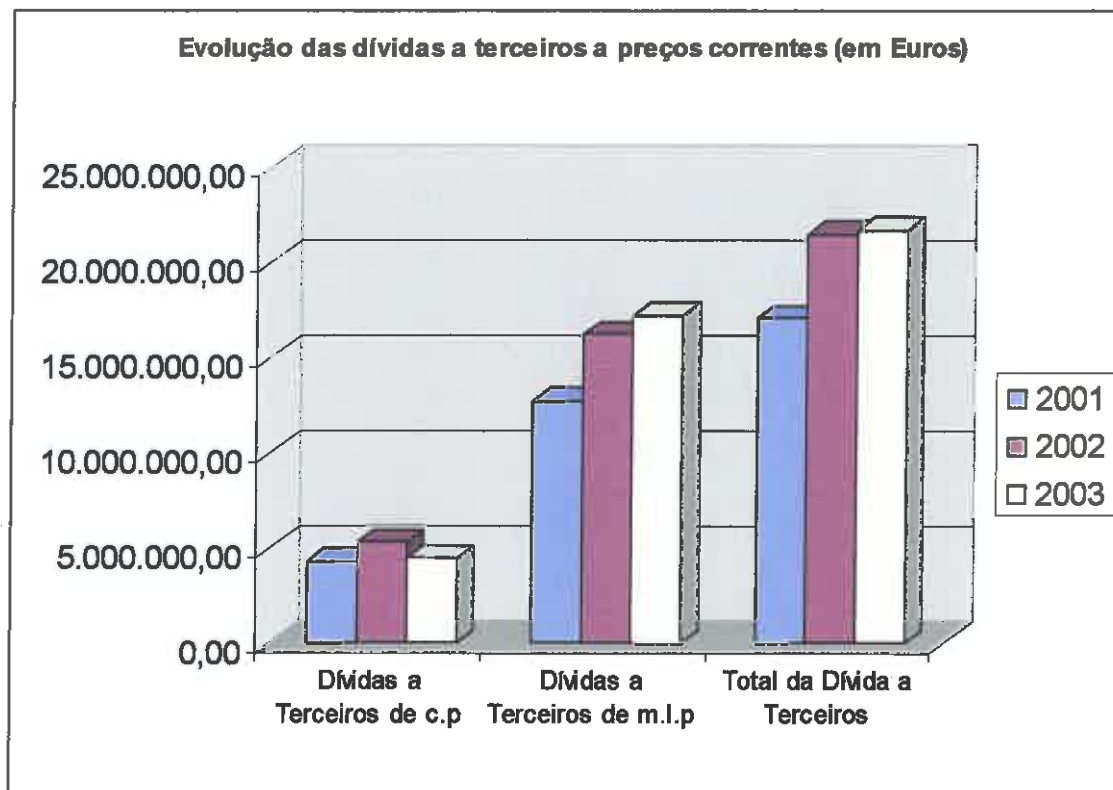
Este facto deve-se maioritariamente, ao cumprimento mais rigoroso do princípio da especialização do exercício.

28.1.2.3 - Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo a terceiros a preços correntes

Unl: Euros

Designação	2001	2002		2003	
	Valor (€)	Var. (%)	Valor (€)	Var. (%)	Valor (€)
Dívidas a Terceiros de curto prazo	4.335.113,84	22,19	5.296.877,86	-16,11	4.443.769,00
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	12.753.168,33	27,39	16.245.900,41	6,27	17.264.956,06
Total da Dívida a Terceiros	17.088.282,17	26,07	21.542.778,27	0,77	21.708.725,06

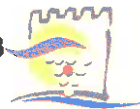
Nota: Ano base = (n-1)



Cumprir referir, que na análise evolutiva do presente ponto, apenas se considera o ano de 2001, por respeito ao conteúdo formal, considerando que no ano mencionado não se aplicavam os princípios contabilísticos agora adjacentes ao POCAL, nomeadamente o princípio da especialização do exercício.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo apresentam um aumento de 6,27% quando em comparação o ano de económico de 2002, em resultado do aumento do volume das dívidas a instituições de crédito e a locadoras financeiras.

As dívidas a terceiros de curto prazo, por comparação a 2002, registam uma quebra de (-16,11%), essencialmente devido à diminuição da dívida a Fornecedores de imobilizado c/c.



No cômputo geral, as dívidas a terceiros mantiveram-se idênticas às apresentadas no ano económico anterior, considerando que apenas ocorreu uma variação de 0,77%, no sentido do aumento.

28.2 - Proposta de aplicação de resultados

Para o saldo de 5.139.873,03€ referente ao Resultado Líquido do Exercício propõe-se a seguinte aplicação, tendo em consideração a legislação aplicável e os interesses da Autarquia:

- a) 1.798.955,56€, para reforço do património. (35% do R.L.E.);
- b) 3.340.917,47€, para reforço da reserva de investimento. (65% do R.L.E.),

28.3 - Evolução previsível da actividade

Nada se dispõe sobre a evolução previsível da actividade, considerando que esta consta nos documentos previsionais aprovados para o presente ano económico (Orçamento – 2004; e Grandes Opções do Plano para o quadriénio: 2004 – 2007).

Conjuntura Económica

As projecções económicas até agora apresentadas apontam para que em 2004, a economia portuguesa indície de forma mais clara, o início da retoma económica.

As políticas de consolidação orçamental continuarão a subsistir, não só derivadas das regras europeias, que estão inerentes à existência de uma única política monetária, mas também com o objectivo de se garantir, por um lado uma maior capacidade de reacção aos ciclos económicos quando vigoram períodos de recessão, e por outro aumentar a margem de manobra orçamental



para fazer face à emergência de futuras despesas, designadamente as que irão resultar do envelhecimento da população.

A recuperação em 2004 deverá ser impulsionada por um enquadramento externo mais favorável, atendendo que o contributo da procura interna para o crescimento do PIB poderá ainda ser ligeiramente negativo, em virtude de os actuais níveis de endividamento dos particulares e das empresas continuarem a constituir um elemento limitativo. Desta forma, as projecções para 2004, apontam para um PIB em torno de 1%.

Em 2004, a taxa de desemprego deverá ainda subir ligeiramente, que aliada a uma desaceleração dos custos unitários do trabalho, contribuirá para a redução da taxa de inflação, estimando-se que o IHPC (Índice Harmonizado de Preços do Consumidor), se apresente próximo de 2,6%.

O consumo privado deverá registar um crescimento no intervalo de 0 a 1,5 por cento, invertendo a tendência de desaceleração observada nos últimos anos. Apesar da hipótese de taxas de juro baixas e com covariâncias de variação pouco significativas, a necessidade de cumprir o serviço da dívida e um efeito abusivo generalizado do sentimento de precaução, acrescido de um cenário de aumento da taxa de desemprego, deverão motivar um comportamento prudente dos consumidores, impedindo uma expansão mais significativa do consumo privado, e contribuindo para uma redução menos acentuada da taxa de poupança.

Ao nível do investimento, deverá ocorrer uma quebra do investimento público e um ténue crescimento do investimento empresarial. A evolução do investimento público reflecte fundamentalmente, uma contenção da despesa pública, estando a evolução positiva do investimento empresarial associada ao elevado crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa.

No decurso de 2004, deverá ocorrer uma redução do défice externo, fundamentalmente através da melhoria do saldo da balança de bens e



serviços. A balança comercial também registará uma melhoria dado às estimativas de um crescimento superior para as exportações do que para as importações, pelos motivos já referidos e relacionados com a procura externa e interna.

Conclusão

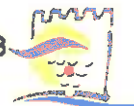
Apesar de a nível nacional, se prever uma ligeira quebra do investimento público, ao nível do Município de Ourém, este deverá sofrer um aumento, sem contudo, provocar desequilíbrios orçamentais nas contas municipais. Neste contexto importa considerar um aumento significativo das receitas, que resultam dos impostos (apesar da expressiva quebra relativa ao IMT), taxas e tarifas municipais, resultantes por um lado da dinâmica de crescimento do sector privado concelhio, e por outro, pelo estabelecimento de novas taxas e tarifas, mais consentâneas quer com os princípios de desenvolvimento sustentado, quer com os objectivos estabelecidos na Lei das Finanças Locais, mas que a generalidade dos municípios, ainda tem alguma relutância em implementar.

Ao referido no parágrafo anterior, importa acrescer o controle das despesas, com especial destaque para as despesas correntes, facto já evidenciado no ano económico de 2003, e que deverá permanecer no exercício de 2004, bem como elevados níveis de captação de financiamentos comunitários.

28.4 - Factores relevantes ocorridos após encerramento do exercício

No decurso do presente ano económico, irão ser efectuados esforços no sentido de se implementar no início do exercício de 2005, uma contabilidade de custos.

Este facto, irá permitir o apuramento dos custos municipais por funções, actividades, bens e serviços, pelo que facultará informação imprescindível, que permitirá apoiar de forma mais eficaz as decisões municipais.



Ao mencionado, e de forma a fomentar um salto qualitativo nas informações de gestão municipal, procurar-se-á estabelecer redes de procedimentos, que facultem informação inclusive de índole estatística, de forma a permitir a aplicação de novos indicadores de gestão, essencialmente relacionados com a economia, eficiência, eficácia, efectividade, equidade, excelência, envolvimento, desenvolvimento sustentável, ecologia e desempenho, e que permitirão não só o apuramento mais objectivo dos efeitos das decisões tomadas, na vida dos municípios, como também o apuramento da relação entre o custo e benefício.

Luís Luís Catarino

Vitor Manuel de Jesus Frazão

António

António

Luís Luís Catarino
Vitor Manuel de Jesus Frazão
António
António

Justificação aos Mapas n.º14, n.º15 e n.º16:

Os mapas referenciados em epígrafe, não constam na presente cópia do documento, atendendo à sua pouca significância. No entanto, poderão ser consultados junto dos líderes de bancada de cada um dos partidos com assento na Assembleia Municipal, ou junto da secretária desse mesmo órgão.